

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RENASCIMENTO, MANEIRISMO E BARROCO NA OBRA LITERÁRIA DE ANCHIETA

*Leodegário A. de Azevedo Filho*¹

Mais uma vez, somos honrados pelo eminente professor Américo da Costa Ramalho, — aqui também respeitosa e designado Sr. Costa Ramalho, como no Brasil é de praxe em artigos de controvérsia e de crítica, — pois de novo voltou o seu interesse para os nossos estudos anchietanos e para a análise do modesto trabalho que editamos sobre *Anchieta e a Literatura Novilatina em Portugal* (Rio de Janeiro, 1985). A nossa crítica foi impressa nas páginas da revista *Humanitas* (vols. XXXVII — XXXVIII, Coimbra, 1986, p. 382-386), onde o mesmo professor, com vários cortes, eticamente inexplicáveis, também publicou e mutilou a nossa resposta à crítica que fez ao livro *As Poesias de Anchieta em Português* (Rio de Janeiro, 1983), na mesma revista *Humanitas* (vols. XXXV — XXXVI, p. 19-22), livro editado em colaboração com o eminente linguista brasileiro professor Sílvio Elia. Aliás, o único responsável pelo estabelecimento crítico dos textos, com alto saber e à luz do Ms. Opp. NN. 24, dos Arquivos da Companhia de Jesus em Roma, é o professor Sílvio Elia, como se declara no volume, cabendo-nos apenas a apreciação literária da obra. Aos interessados na questão, recomendamos a leitura dos nossos artigos de resposta, intitulados: *Aramaças!* (*Revista da Academia*

(1) Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Autor de extensa obra, principalmente sobre Camões.

Cearense da Língua Portuguesa, nº 6, 1985, p. 88-92); *Anchieta e a Literatura Pré-Barroca em Latim* (*Revista Brasileira de Língua e Literatura*, Rio de Janeiro, nº 14, 1986, p. 74-82; e *Sobre o Humanismo Barroco no Brasil* (*Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, nº 1028, 1986, p. 8-9). Pena é que tal espécie de crítica desenvolvida contra nós, sem sabermos com que propósitos, não ofereça aos leitores uma idéia de conjunto do nosso trabalho, focalizando apenas trechos esparsos e ardentemente escolhidos, com frágeis discordâncias e contestações fragmentadas, num estranho processo de recensão, já que esfacela a obra, sem apreciá-la em toda a sua linha expositiva.

Nem se pode analisar a obra literária de Anchieta com visão setorizada, mas globalmente, nas quatro línguas (português, espanhol, latim e tupi) em que o jesuíta, comprovadamente, escreveu. Quanto ao latim, também não se pode vender os olhos diante de um hino (*De Assumptione Beatae Mariae Virginis*) escrito em quadras populares de versos de redondilha maior e seu quebrado de três sílabas, como se fazia na Idade Média, substituindo-se o ritmo quantitativo da língua latina pelo ritmo intensivo das línguas românicas. Eis a primeira estrofe da composição, cujas idéias se repetem na parte final do grande poema *De Beata Virgine Dei Matre Maria*:

*Super caelos eleuaris,
Virgo, uirginum praeclara,
Virgo clemens, Deo cara,*

Christi mater.

Ao todo, são 92 quadras, num total de 276 versos setissílabos e 92 versos quebrados de três sílabas, como se pode ver no Ms. de Roma. Nas quadras, o segundo e o terceiro versos rimam emparelhadamente, e o quarto verso rima com o primeiro verso da estrofe seguinte, como na poesia de longa tradição popular. Portanto, não se deve fragmentar a obra literária de Anchieta, mas analisá-la em seu conjunto, sem esquecer a importantíssima parte escrita na língua geral da costa brasileira, o tupi. Afinal de contas, o jesuíta não escreveu apenas em latim de imitação clássica, embora também fizesse isso, em tudo revelando os seus radicais compromissos com o ideário místico da Contra-Reforma, a que se filiava a Companhia de Jesus. Por isso mesmo, literariamente falando, o latim culto de Anchieta já não é o latim do Renascimento, mas o latim do Barroco. E aqui está o ponto crucial do problema, apresentando o Professor Costa Ramalho dificuldades teóricas intransponíveis, como adiante veremos, para entender a questão.

Por certo, muito nos agrada saber que, após a permanência do Professor Américo da Costa Ramalho, no Rio de Janeiro, onde lecionou em três universidades, por indicação nossa e a pedido seu, aqui tomando

contato com a obra literária de Anchieta, que não conhecia, ao retornar a Coimbra, passasse a ministrar cursos de Mestrado sobre *Épica Novilatina*, baseado no *De Gestis Mendi de Saa*, e sobre *Ode Novilatina*, também baseado na obra de Anchieta. Mas temos, a esse respeito, algumas dúvidas, que adiante vamos expor.

Os dois grandes poemas latinos, que são o *De Beata Virgine Dei Matre Maria* e o *De Gestis Mendi de Saa*, apenas atribuídos a Anchieta, pois não há nenhuma assinatura do autor em nenhum dos dois, ao contrário do que reiteradamente informa o Sr. Costa Ramalho em relação ao primeiro, foram editados por jesuítas modernos, — sem contar com as edições do passado, — mas sem o indispensável tratamento ecdótico exigido pela moderna crítica textual, por mais cuidadosas que sejam tais edições. Isso se deve, sobretudo, ao incansável labor do Padre Armando Cardoso, S. J., que muito tem divulgado os dois textos, com a sua respectiva tradução para o português. Nem mais se poderia exigir do benemérito Padre Armando Cardoso, S. J., que nunca se declarou um especialista em ecdótica, embora seja um excelente latinista, por todos respeitado. Mas, em crítica universitária de elevada especialização, o que todos esperávamos do Professor Américo da Costa Ramalho, pois chegou a ser convidado por nós para realizar essa tarefa, era uma edição crítica de ambos os poemas, ou apenas de um, a partir do manuscrito básico, já nem aqui nos referimos às numerosas cópias correntes no século XVII, mas especificamente ao texto mais antigo do *De Beata Virgine Dei Matre Maria* ao que se admite o autógrafo do poeta, pois ia rubricado pelo Visitador no provincialado de Anchieta, que era o Padre Cristóvão Gouveia. Tal texto, levado a Portugal, talvez para a impressão feita pelo Padre Simão de Vasconcelos, no século XVII, e por duas vezes, seria o mesmo que depois foi guardado no Cartório da Bahia e que, segundo o testemunho do Padre Alexandre de Gusmão, tinha a letra de Anchieta, mas sem qualquer assinatura do missionário, que não punha o seu nome nos poemas, por humildade cristã. Alguns episódios históricos, entretanto, confirmam que o texto era de Anchieta, longamente meditado durante o seu cativeiro em Iperoig, onde esteve como refém dos tamoios. Diga-se ainda que o texto mais antigo (*electio antiquior potior*) foi remetido a Roma, para o exame dos documentos escritos no processo de beatificação de Anchieta, juntamente com os poemas *De Gestis Mendi de Saa* e outras poesias, tudo pertencente ao chamado *Manuscrito de Algorta*, realmente de análise indispensável para o estudo da língua latina usada pelo famoso jesuíta. Desse *Manuscrito* o Padre Armando Cardoso, S. J., possui uma fotocópia, que serviu para a edição do Arquivo Nacional, jamais intitulada edição crítica, em 1940. Trata-se da quinta edição do texto latino, pois também houve a de Tenerife, em 1887, e da primeira tradução para o português. Depois disso, além de uma publicação do Mons. Luís Gonzaga de Moura, Vigário Geral de Campinas, as Edições Paulinas

lançaram, em terceira e em quarta edições, respectivamente datadas de 1959 e 1960, o *Poema da Virgem*, entre outras publicações, que afinal culminaram com a edição do Instituto Nacional do Livro, em convênio com as Edições Loyola, de São Paulo, em 1980, em dois volumes. A fixação do texto em latim é da responsabilidade exclusiva do Padre Armando Cardoso, S. J., profundo conhecedor daquela língua clássica, bem assim a trabalhosa tradução em versos alexandrinos para o português, língua em que também é mestre. Mas não se trata de um edição crítica, no sentido rigoroso do termo, como sabe o próprio editor. Aliás, é extremamente complexa a elaboração de uma edição crítica do poema *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, em face da variável tradição manuscrita remanescente e das múltiplas edições do texto, várias vezes “aperfeiçoadas” por diversos latinistas.

Quanto ao poema *De Gestis Menti de Saa*, foi publicado pela primeira vez pelo tipógrafo régio João Álvares, em 1563, em Coimbra, mas sem qualquer indicação de autoria. Em sua *Bibliografia de obras impressas em Portugal no século XVI* (Lisboa, 1926), Antônio Joaquim Anselmo dá notícia da obra. No que se refere ao Brasil, o Padre Hélio Abranches Viotti, S. J., recebeu, em 1960, algumas páginas microfilmadas do texto impresso em Coimbra, procedentes do exemplar da Biblioteca de Évora, para confronto do texto com a edição publicada pelo Arquivo Nacional, em 1958. Verificaram-se então algumas diferenças, com interpolações, embora se tratasse do mesmo poema. A edição do Arquivo Nacional, que também não é crítica, utilizou igualmente cópias fotostáticas do *Manuscrito de Algorta*, cópias revistas e “aperfeiçoadas” pelo Padre José Ramon Zabala. Mais informações sobre os dois poemas se encontram em nosso pequeno estudo sobre *Anchieta e a Literatura Novilatina em Portugal*, que tanto desagradou ao Professor Américo da Costa Ramalho, por alguns motivos que já vamos ver.

Como é evidente, os devotados estudos anchietanos do Padre Armando Cardoso, S. J., merecem a máxima consideração, embora deles se possa divergir, em termos técnicos e respeitosos, como já o fizemos, nomeadamente em relação aos textos em português e a partir das lições encontradas no Ms. Opp. NN. 24, dos Arquivos da Companhia de Jesus em Roma. Em relação aos textos latinos, para efeito de uma primeira e provisória apreciação literária (e não ainda para efeito de análise filológica ou linguística), só nos resta acatar a tradução proposta pelo padre Armando Cardoso, S. J., sem confrontá-la com os manuscritos, embora confrontando-a com o texto impresso, pois não ignoramos a língua latina, embora não seja esta a nossa especialização, como todos sabem e como enfadonhamente repete o Sr. Costa Ramalho aos seus leitores e alunos. Mas em relação aos textos em português, — sempre em sentido globalizante e não setorizado, — de que daremos aqui apenas um

pequeno exemplo, nem sempre podemos seguir o Padre Armando Cardoso, S. J., dele divergindo técnica e respeitosamente.

Na verdade, a obra literária de Anchieta apresenta duas questões preliminares: a de crítica autoral e a de crítica textual. A primeira é muito complexa (e não apenas a segunda), pois o Ms. Opp. NN. 24, do século XVI, com 208 folhas, algumas com a letra de Anchieta e outras não, nenhuma assinatura leva do piedoso jesuíta. No conjunto de textos, todos sem indicação expressa de autoria, há os autógrafos ou assim considerados (96 páginas) e há os manifestantes apógrafos (112 páginas). Apesar de tudo isso e das possíveis interpolações, aqui se encontra o *corpus* que deve servir de base a qualquer discussão posterior de crítica autoral ou textual. A propósito, embora seja compreensível o nobre desejo de ampliar o número de poesias atribuídas ou atribuíveis a Anchieta, com a utilização de critérios generosamente elásticos, mas nem sempre recomendáveis e até perigosos, a inclusão de *alguns textos novos, encontrados fora desse documento principal*, como escreve o Padre Armando Cardoso, S. J., na página 10 da sua edição das poesias em português e tupi, deve ser repensada. Ainda que alguns desses textos possam ser de Anchieta, como a poesia incompleta ao Menino Jesus, que abre a série tirada do Ms. do Chile (MTS), entendemos que tais textos devem ficar para uma segunda etapa de investigação, para não interferir no estudo básico. Do mesmo modo, as três composições em versos de redondilha, a que o ilustre editor dá o nome de epigramas, conservadas pelos padres Pero Rodrigues, Jorge Cardoso e Simão de Vasconcelos, não cremos que já devam ser incluídas no *corpus* inicial. Por fim, um soneto em quatro línguas (português, espanhol, italiano e latim), encontrado pela infatigável bibliotecária Maria Luísa Ramos, na Miscelânea de Manuscritos nº 1636, p. 340, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e apressadamente publicado pelo Professor Américo da Costa Ramalho, na mesma revista *Humanitas* (Vols. XXXI — XXXII, 1979-1980, p. 244-245), sem a mínima garantia de autoria anchietana, também deve ficar reservado a estudos posteriores, quando já estiver criticamente estabelecido o *corpus* principal. Com efeito, em português e espanhol, com extensão ao tupi, o que nos ensina o Ms. de Roma é que Anchieta era um poeta ligado à versificação tradicional (a chamada medida velha), jamais tendo escrito qualquer soneto. Além disso, nenhuma prova existe de que a língua italiana fosse usada pelo jesuíta, em qualquer situação, sendo o Ms. de Coimbra bastante duvidoso e tardio, já que data do século XVIII. Nem há qualquer confirmação quinhentista para a autoria anchietana do texto. Além disso, parece-nos ainda muito precária a relação do soneto com um episódio *lendário* que se atribui à vida do missionário no Brasil, lembrado pelo Padre Hélio Abranches Viotti, S. J., o maior de seus biógrafos, em artigo publicado na revista *Humanitas* (vols. XXXIII — XXXIV, 1981-1982, p. 213-217). Na verdade não apresenta consistência

tal atribuição de autoria, pelo menos à luz das exigências da moderna crítica textual, não apenas por lhe faltar qualquer confirmação quincentista, mas também porque Anchieta jamais escreveu qualquer soneto, em face do testemunho do Ms. de Roma e de acordo com os dados históricos e biográficos da época. Até porque, no soneto, o estilo não é o de Anchieta, como logo percebeu o Padre Armando Cardoso, S. J. Nem se poderia, inquestionavelmente, relacionar o texto com um episódio apenas *lendário*. Aliás, bem se sabe que as atribuições tardias de autoria são sempre duvidosas, como se pode ver no caso específico da lírica de Camões, assunto que estudamos minuciosamente em nossa edição, que está sendo publicada pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, de Lisboa, em vários volumes. E é tempo de alertar os especialistas para o caso, antes que se introduza, na obra literária de Anchieta, embora com boa fé, o desastroso movimento de ampliação do *corpus*, até transformá-lo em vasto e heterogêneo *universo* lírico, como ocorreu com a lírica de Camões ao longo de quatro séculos. No caso específico de Anchieta, lembramos que o problema autoral já é da máxima gravidade, dentro do próprio Ms. de Roma.

Nada disso significa que o Padre Armando Cardoso, S. J., não saiba que é muito delicada a questão autoral dos textos. E isso mesmo o declara nas páginas 38, 39 e 41 do livro há pouco citado, *Lírica Portuguesa e Tupi* (1984), ali invocando testemunhos históricos, como o do Padre Pero Rodrigues (ou Roiz), Provincial de Anchieta nos últimos anos de sua vida (1594-1597), que parece descrever as próprias peças do Ms. de Roma: *Outras muitas obras compôs em diversos tempos, porque tinha para isso muita graça e felicidade, em todas as quatro línguas que sabia, latina, portuguesa, espanhola e brasílica*. Como se vê, no testemunho histórico citado não há qualquer referência à língua italiana. Mas prossegue o Padre Pero Rodrigues, o segundo biógrafo contemporâneo de Anchieta, pois o primeiro foi Quirício Caxa, que também não faz qualquer referência à língua italiana: *Mudava cantigas profanas ao divino, e fazia outras novas à honra de Deus e dos Santos, que se cantavam nas igrejas e pelas ruas e praças. todas mui devotas, com que a gente se edificava e movia a temor e amor a Deus.* (Vida, L. I, c. 9). Veja-se ainda o testemunho do Padre Simão de Vasconcelos (1596-1671): *Era destro em quatro línguas, portuguesa, castelhana, latina e brasílica; em todas elas traduziu em romances pios [narrativas populares em versos] com muita graça e delicadeza, as cantigas profanas, que andavam em uso, com fruto das almas; porque, deixadas as lascivas, não se ouvia pelos caminhos outra coisa senão cantigas ao divino, convidadas os entendimentos a isso, do suave metro de José.* (Vida, L. I. c. V, n. 5-6). Diante dos testemunhos históricos invocados, portanto, e com prudência, pois aqui não deve haver pressa, numa primeira etapa de trabalho, só se deve tomar o conjunto de textos do Ms. de Roma como de possível ou provável autoria anchietana, ressalvados ainda os casos sempre admissíveis de interpolações.

Quanto à crítica textual propriamente dita, que é a segunda questão preliminarmente levantada, não será lícito respeitar apenas os textos admitidos como autógrafos do Ms. de Roma, embora sem qualquer assinatura, e alterar os textos apógrafos, a partir do pressuposto de que eles poderiam conter erros dos copistas. Se fosse assim, a lírica de Camões, que não dispõe de um autógrafo sequer, poderia ser alterada em função do gosto pessoal de cada editor, o que, aliás, largamente já se fez. O mesmo em relação à lírica medieval galego-portuguesa, sem autógrafos nos grandes *Cancioneiros* apógrafos que a recolheram, e preservaram. Em todos esses casos, impõe-se respeito aos manuscritos, que podem e devem ser discutidos, mas nunca alterados. Até porque a circunstância de serem apógrafos vários textos não significa, necessariamente, que eles tenham sido modificados pelos copistas. Tanto mais quanto a alguns desses textos apógrafos, que se apresentam na forma popular da seguidilha, combinando-se versos de 6 e 4 sílabas, não podem ter somados os versos para formar um suposto decassílabo, de uma suposta ode, como é o caso de *não hay cousa segura*. Na edição que preparamos, com o Professor Sílvio Elia, o texto aparece com o seguinte título: *Da vaidade das cousas do mundo*, sugestivamente encontrado na cópia manuscrita que se guarda no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (L. 120, ms 2105), também em forma de seguidilha e não de ode. Disso mesmo tratamos no livro *As poesias de Anchieta em Português*, tão mal entendido pelo Professor Costa Ramalho, analisando ainda o texto no artigo *Uma seguidilha de Anchieta*, publicado no nº 56, de Julho de 1980, da revista *Colóquio/Letras*, p. 12-22. Como é evidente, os versos de seguidilha, de longa tradição peninsular, não podem ser transformados em versos decassílabos de uma suposta ode, ao contrário do que se vê no Ms. de Roma e como propõe o Padre Armando Cardoso, S. J., na p. 10 do seu livro, para concluir que é através de exemplos como este que Anchieta *deve ser considerado poeta quinhentista e não medieval*. Ao contrário disso, é através de exemplos como este que se pode comprovar a herança medieval na poética de Anchieta. Tanto assim que, ao juntar os versos de 6 e 4 sílabas, para formar um suposto decassílabo, o padre Armando Cardoso, S. J., encontrou logo alguns problemas sérios, para os quais adotou a seguinte solução: acrescentou um *e*, usando parênteses e não colchetes, ao verso: "(e) toda a criatura passa voando", que aparece no Ms. de Roma assim, com dois versos de quatro sílabas:

*toda criatura
passa voando.*

Em seguida, colocou no lugar do substantivo *peito* o substantivo *ser*, no seguinte verso decassílabo por ele formado, a despeito da lição do Ms. de Roma: *que as trevas do meu (ser) todas consume*. Mas a lição do Ms. de Roma é a seguinte, com um verso de 6 e outro de 4 sílabas:

*que as trevas de meu peito
todas consume.*

Em suma e sem maiores análises foi destruída a forma poética da seguidilha, por *divinatio* ou conjectura, o que não se verifica no texto estabelecido pelo eminente Professor Sílvio Elia, no livro *As Poesias de Anchieta em Português*.

Para demonstrar ainda a influência, a nosso ver inexistente, de líricos quinhentistas portugueses em Anchieta, além de citar Camões na p. 52, o Padre Armando Cardoso, S. J. escreve: *As obras de Sá de Miranda começaram a ser editadas, quando nosso futuro poeta-apóstolo acabava seus estudos em Coimbra*. Ora, a lírica de Sá de Miranda é de publicação póstuma (1595), data também da primeira edição póstuma da *Rhythmas*, de Camões, tendo Anchieta morrido dois anos depois, no dia 19 de junho de 1597. A obra de Antônio Ferreira foi editada em 1598, como ocorreu com a segunda edição de *Rimas*, de Camões já estando morto Anchieta. Consequentemente, nada disso pode ter exercido, como realmente não exerceu, qualquer influência na obra poética do piedoso jesuíta. Aliás, isso explica o motivo pelo qual a versificação jesuítica da época, em português e castelhano, está presa à chamada medida velha dos cancioneiros portugueses e castelhanos dos fins do século XV e início do século XVI, escrevendo Anchieta apenas hinos, cantigas, vilancetes, seguidilhas, trovas populares, tercetos medievais, sem revelar qualquer influência das técnicas difundidas pelo Renascimento, que então cultivavam sonetos, canções, odes, élogos, sextinas, septinas, *terza rima* à italiana, como se pode ver em Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes e Antônio Ferreira, autores que Anchieta realmente nunca leu.

Portanto, tudo o que acima foi tecnicamente exposto e analisado, em relação aos textos em português, gera possíveis dúvidas sobre os critérios de leitura dos manuscritos em latim. A propósito, sabe-se muito bem o que Padre Ramon Zabala reviu todo o latim do *De Gestis Mendi de Saa*, certamente com as melhores intenções. Sendo assim, para estudos literários apenas e ainda em caráter provisório, será aceitável ou compreensível o uso das edições existentes dos textos em latim, acompanhados das respectivas traduções, feitas por quem tem competência para isso, como é o caso do Padre Armando Cardoso, S. J.. Mas para estudos filológicos e linguísticos, como os que são desenvolvidos pelo Professor Américo da Costa Ramalho em seus artigos e certamente em seus cursos em Coimbra, a ponto de comparar o *latim de Anchieta* com o latim de seus mestres no Colégio das Artes, a exigência preliminar de uma edição crítica é de todo indispensável. Na verdade, é um tanto perigoso afirmar que Anchieta usou esta ou aquela forma linguística, este ou aquele verso, sem consultar diretamente os manuscritos, mesmo que fossem críticas,

no sentido rigoroso do termo, e não o são, as edições existentes. Por isso, cremos que ainda é muito cedo para estudar a verdadeira língua latina usada por Anchieta, muito menos em cursos de Mestrado, onde se exige maior rigor científico. Tal edição crítica, que esperávamos da competência do Professor Américo da Costa Ramalho, ainda não se fez, a despeito do convite que lhe fizemos no Rio de Janeiro (e do qual se esquivou), embora lhe garantíssemos a publicação da obra pelo Instituto Nacional do Livro, então dirigido pelo escritor Herberto Sales, que tanta esperança punha no trabalho. É essa edição monumental, ao contrário das minúsculas resenhas publicadas em *Humanitas*, talvez fosse a maior obra de sua vida.

Com efeito, em nossos dias, um professor universitário europeu, como autêntico *scholar*, bem deve saber que são destituídos de maior valor científico os comentários filológicos e linguísticos feitos a partir de edições que não foram preparadas com todos os rigores paleográficos e codicológicos exigidos pela moderna ecdótica. Por isso mesmo, não se pode analisar um autor do século XVI, em termos rigorosamente filológicos e linguísticos, sem a necessária base de uma edição crítica. Diante dessa dúvida inicial, não vale a pena prosseguir no debate, pois todas as pessoas que entendem do assunto já perceberam muito bem do que estamos falando...

Mas resta uma palavra final sobre as nossas considerações, não entendidas pelo Professor Costa Ramalho, a respeito do chamado latim do Renascimento, que não foi apenas do Renascimento, mas também do Maneirismo e do Barroco. Também em língua portuguesa toda a literatura daquela época, sem distinção, já foi considerada do Renascimento, numa concepção monolítica, hoje insustentável à luz da crítica da cultura. Tal concepção chegou a estender-se, num passado já remoto, pelos séculos XVII e XVIII, a tudo dando-se o nome de Classicismo. Mas, sobretudo a partir de Wölfflin, nas primeiras décadas do nosso século, estabeleceu-se nítida oposição entre as normas e postulados da estética renascentista e as normas e postulados da estética barroca, numa proposição ainda inicial. Depois de Wölfflin, os historiadores da arte e os teóricos da literatura, aos poucos, foram percebendo que, entre o Renascimento e o Barroco, havia uma espécie de entre-lugar, a que foi dado o nome de Maneirismo, ou arte feita à maneira de Miguel Ângelo, expressão antes usada em artes plásticas e que, bem cedo, se estenderia às artes rítmicas, entre as quais se inclui a literatura. Pois bem, todas as artes que se desenvolveram paralelamente à Contra-Reforma, com influxos místicos, bem estudadas por Weisbach, dentro do complexo cultural do século XVI, sem esquecer as artes vinculadas a elementos tardo-góticos, bem estudadas por Weise, logo contribuíram para a melhor compreensão do Maneirismo e do Barroco, ao mesmo tempo que se deixava de falar em Renascimento, monoliticamente. Na verdade, nenhuma época se repete, e a retomada dos modelos da Antiguidade Clássica, margina-

lizando-se a Idade Média, — que não foi uma época de trevas (Burckardt), conforme já demonstrou Gustave Cohen, mas de grande claridade, — não significa que a cultura greco-latina fosse totalmente reinstaurada, pois a herança medieval perdurou no século XVI. Por isso mesmo, bem cedo, o Maneirismo, revelando influxos tardo-góticos (Weise), começou a distorcer as linhas de força do Renascimento, ao mesmo tempo que as prolongava. Mas, embora a Contra-Reforma, cronologicamente falando, estivesse mais próxima do Maneirismo, conforme as análises, primeiro de Weisbach e depois de Hauser, foi com o Barroco que a estética jesuítica melhor se identificou, realizando-se assim a programação artística emanada do Concílio de Trento, que recorreu ao poder comunicativo das artes para revitalizar o sentimento religioso nas grandes massas. Na verdade, por ser aristocrático, o Maneirismo dificilmente poderia cumprir tal missão, ao contrário do caráter popular do Barroco. Em tudo isso, não é que a estética renascentista tivesse desaparecido de todo, mas logo se transformaria em simples substrato do Maneirismo e do Barroco, pois são muito complexos os fenômenos da cultura. Abriam-se então novos horizontes teóricos e se ampliaram os campos de pesquisa, à proporção que se arquivava qualquer concepção monolítica de Renascimento. Em face disso, não será difícil concluir que tanto a língua portuguesa, como o chamado latim do Renascimento, em termos literários, logo passaram a refletir uma nova visão do mundo. O mal está em que as especializações em geral ficam insuladas, sem o necessário e indispensável arejamento de interdisciplinaridade, por vezes até mediocremente condenada. Com tudo isso, como certamente já entenderam os que me lêem, se houve um latim do Renascimento, literariamente falando, também houve, como não podia deixar de ser, um latim do Maneirismo e um latim do Barroco, no último caso incluindo-se o latim literário de Anchieta, com evidência solar, pois nesse latim o jesuíta exprimiu os seus ostensivos compromissos ideológicos e místicos com a Contra-Reforma. Nele, portanto, como em qualquer autor novilatino que se possa incluir na órbita do Maneirismo ou do Barroco, o uso do vocabulário pagão da poesia latina, com todos os seus mitônimos, apenas revela as manifestações supremas do poder divino, insistindo-se aqui em falar em Renascimento apenas por simples e evidente anacronismo.

Prosseguindo, mesmo escrevendo em latim, do ponto de vista estético e ideológico, que foi o que estudamos, Anchieta repeliu radicalmente qualquer concepção de vida ligada ao neopaganismo de Quinhentos, não apenas como herdeiro dos valores espirituais da Idade Média, sempre no sentido da claridade de Gustave Cohen, mas sobretudo por força do ideário místico da Contra-Reforma. Como hoje os analistas da matéria não ignoram, foram os grandes humanistas cristãos que prepararam a crise do Renascimento nas artes, abrindo espaço para o entrelugar do Maneirismo, numa antecipação ao Barroco. A filosofia de vida

de Anchieta, mesmo quando expressa em latim de imitação clássica, revela outra visão e outro sentimento do mundo. Nada tem a ver, por exemplo, com os valores expressos num autor como Bembo, tipicamente ligado ao Renascimento. Não admira assim que os mitônimos greco-latinos, que são o deslumbrado encantamento do Professor Costa Ramalho, fujam espavoridos e mergulhem nas profundezas do Inferno, diante da face luminosa do Cristo, no maravilhoso poema cristão de Anchieta. Como já observamos, embora no poema se use o vocabulário pagão da poesia latina, nesse vocabulário, o que se exprime é o poder supremo de Deus, numa construção puramente barroca. Em tudo isso, muita falta nos faz a leitura de um autor como Hauser ou como Weise, em cujas obras o Professor Costa Ramalho poderia verificar que, na segunda metade do século XVI (e mesmo na primeira), após a crise do Renascimento, que é datada em torno de 1520, na Itália, mas especificamente a partir de 1527, com o saque de Roma (Carlos V), formaram-se duas grandes e simultâneas vertentes estéticas, que desaguarão no Maneirismo e no Barroco, uma delas com elementos tardo-góticos e outra com elementos místicos paralelos à Contra-Reforma. Aliás, tanto no Brasil, como em Portugal, tal assunto já foi amplamente tratado por Afrânio Coutinho, e sua *Introdução à Literatura no Brasil*, e por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, no livro *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Ambos demonstraram, com sólida e erudita argumentação, que a literatura em língua portuguesa, ou não, na segunda metade do século XVI, já não é renascentista. Mas o Professor Costa Ramalho, sem penetrar no complexo cultural do século de Quinhentos, continua a estudar os autores novilatinos, como se estivesse lendo os autores da Antiguidade Clássica...

Nem se pode superficialmente admitir que qualquer influência recebida por Anchieta no Colégio das Artes, ainda adolescente, pudesse ser sido superior à sua própria formação religiosa, pois tal argumento é frágil, inconsequente e até pueril. Não apenas no século XVI, mas também nos séculos XVII e XVIII, e até mesmo nos séculos XIX e XX, as ordens religiosas de ensino sempre estudaram, leram e traduziram os grandes autores da época áurea romana, aparecendo sempre em todas elas profundos conhecedores da língua de Cícero, como é o caso do próprio Padre Armando Cardoso, S. J., em nossos dias. Não se trata apenas do chamado latim da Igreja, mas do latim culto, que também existiu na Igreja. Por isso é que defendemos a tese de que o latim literário de Anchieta, mesmo que aperfeiçoado no Colégio das Artes, tem muito mais a ver com a sua formação eclesiástica global, na linha barroca da Contra-Reforma, do que com qualquer influência renascentista. Na verdade, a sua atitude espiritual, a sua visão e o seu sentimento do mundo, luminosamente, se inserem no Anti-Renascentismo (Battisti) ou Contra-Renascimento (Haydn), muito ao contrário do que pensa o Professor Costa Ramalho, a ponto de citar a *Farsália*, para sustentar a sua tese,

acrescentando que *as ações humanas são, no poema de Lucano, determinadas pelo Fatum, o Destino*. Que tem isso a ver com Anchieta, autêntico humanista da Contra-Reforma, para quem só Deus podia comandar o destino dos homens? Aliás, não é uma velha teoria nossa a de que o grande jesuíta fosse *simultaneamente um homem de Idade Média e do Barroco*. Tal afirmação revela apenas desconhecimento da bibliografia existente sobre o assunto, cometendo-se aqui uma grande injustiça em relação aos ilustres pesquisadores que nos antecederam. Já na primeira metade do nosso século, quando ainda se ensinava, nos velhos liceus ou ginásios brasileiros, que Anchieta era um humanista do Renascimento, o grande historiador Sérgio Buarque de Holanda sustentava a tese, depois dele cabendo a Afrânio Coutinho, extraordinário teórico da literatura, desenvolver o tema nas páginas de *A Literatura no Brasil*, especificamente tratando da estética jesuítica, sem importar aqui a questão da língua. A propósito, não está escrito, em nossos modestos estudos, que Anchieta, no Colégio das Artes, *ficou na Idade Média*. Realmente, é impressionante o modo como o Sr. Costa Ramalho deforma o pensamento alheio, o mesmo fazendo em relação ao que dissemos sobre a censura religiosa no século XVI, num à vontade que bem define o valor da sua crítica. O que se disse lá e se repete aqui é que o jovem escolástico repeliu, aliás radicalmente, o sentido paganizante do Renascimento, revitalizando os valores espirituais da Idade Média, em face dos seus ostensivos compromissos ideológicos com a Contra-Reforma, o que é outra coisa muito diferente. E aqui, evidentemente, é preciso *saber o que se diz*.

Para a crítica da cultura dos nossos dias, pouco importando a posição do passado, o que interessa investigar é se Anchieta pode ou não ter a sua obra literária incluída na órbita no Maneirismo ou do Barroco. A nosso ver, pode. Aliás, o mesmo deve ocorrer com vários autores novilatinos, ainda não estudados sob esta perspectiva renovadora e fecunda, já que o Professor Costa Ramalho apenas se contenta em sublinhar mitônimos nos textos... Mas é sempre com muita espontaneidade e muita sinceridade, justiça se lhe faça, que expõe a sua posição pré-saussureana em linguística, pois ainda hoje vê, na dicotomia básica do mestre genebrino (*langue e parole*), por nós interpretada como *língua e linguagem (discurso)*, apenas um “jogo de palavras” ou uma “vulgar tautologia”... Por outro lado, já se tornou cansativo dizer que o “catedrático brasileiro nada sabe de literatura novilatina”. Não é que aqui não se saiba disso, mas o pouco que já se sabe é mais do que suficiente para uma conclusão imediata, a partir mesmo dos próprios estudos do catedrático português: trata-se (e as exceções que se retirem!), em geral, de uma sub-literatura que nem o Demo, que tudo suporta, seria capaz de deglutir. E as poucas exceções existentes, infelizmente, são analisadas à luz de uma ótica niveladora, incapaz de ultrapassar o eixo sintagmático da língua, para penetrar no eixo paradigmático da linguagem. Apesar

disso, há ainda quem se orgulhe de ler essa incrível *pastichage* no original... Neste mundo, como se vê, há gosto para tudo... E fica realmente muito difícil discutir tais assuntos com pessoas que ainda hoje confundem Anchieta, um escolástico, com Erasmo, um herético...

Mais adiante, trata da questão da existência de livros no Brasil no século XVI, sempre de maneira esparsa e fragmentada, arrogantemente dizendo que não provamos nada. Ora, essa prova foi dada com o testemunho de Querício Caxa, amigo de Anchieta e o seu primeiro biógrafo, quando informa que o missionário escrevia de próprio punho os textos para os seus alunos, pelas noites a dentro, até nascer o dia. Por certo, havia alguns livros. E algumas bibliotecas já se começavam a formar nos fins do século XVI, como muito melhor do que as fontes que cita, — com exceção das cartas de Anchieta, de que só agora tomou conhecimento, — pode-se ver na monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Padre Serafim Leite, S. J., livro que não pode deixar de ser citado por quem estuda tais assuntos. Mas entre isso e pensar que Anchieta dispunha de bibliografia, só porque os soldados traziam livros nos navios, vai um longo caminho. Então, no século XVI, *os soldados que iam ao Brasil eram os mesmos que iam à Índia e estes tinham livros?* Mas que livros tinham esses soldados tão cultos? Certamente, livros de alta erudição, sem esquecer os autores novilatinos, que sempre foram a delícia da soldadesca semi-analfabeta ou mesmo analfabeta... Então, em seu texto, pleníssimo de confusões e de sincretismos, com as embarcações da época, *o Brasil ficava a meio caminho de Goa?* Será que havia algum avião a jato, usado tão secretamente, naquela época, que até hoje a História o desconhece? Curiosa ainda aquela confusozinha inicial: *o título do trabalho foi mudado*. Como pode escrever isso? Qualquer pessoa, ainda que medianamente inteligente, ao manusear o volume, imediatamente perceberá, na página de rosto e ao longo do texto, que houve apenas um erro de impressão na capa, corrigido à mão, e mais nada.

Em suma, pela cultura clássica do Professor Américo da Costa Ramalho sempre tivemos a maior admiração, como todos sabem. Mas quando extrapola e entra em assuntos que lhe são estranhos, os conflitos são sempre inevitáveis. Já aqui no Brasil, ficava um tanto perplexo quando ouvia discussões de linguística geral, história geral das artes, teoria e crítica literária, a que sempre dava o pitoresco nome de *cabriolas mentais*, sobretudo quando apertado. Em seguida, com muita eloquência, emitia opiniões muito peculiares e até engraçadíssimas... Não seria realmente mais adequado discutir apenas a matéria da sua especialização, já que desaprova a interdisciplinaridade? Até porque, em assunto tão complexo, o mais sábio é buscar, em Anchieta, os seus admiráveis exemplos de humildade, sem ignorância arrogante, mas com plena consciência das próprias limitações humanas.